

# A cidade e o urbano: categorias explicativas e experiências históricas

ROSA MARIA FERREIRA DA SILVA

*Aluna do Curso de Doutorado do Programa de Pós - graduação em História da UFU. Linha de Pesquisa: História e Cultura. rosamaria.hist@gmail.com*

---

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo discutir a “cidade” e o “urbano” em dois momentos: como categorias explicativas e como experiência histórica. Como categorias analíticas utilizadas para a compreensão do real, são interligadas, mas não sinônimas. Por outro lado, também se originam de experiências datadas sendo, portanto, forjadas historicamente de acordo com a experiência social dos sujeitos.

**Palavras Chave:** Cidade; urbano; experiência histórica.

**Abstract:** This article aims at discussing the concepts of “city” and “urban” in two moments: as explanatory categories and as historical experience. While analytical categories used to understand the real, they are linked but not synonymous. Moreover, they also originate from outdated experiment, being therefore historically fabricated according to the social experience of the individuals.

**Keyword:** City; urban; historical experience.

---

*Uma utopia é uma realidade em potência*  
Edouard Herriot

## *Cidade e urbano: uma breve história dos conceitos*

Quando as Ciências Humanas, da Saúde, em especial a Medicina, e a própria Arquitetura se debruçaram sobre o tema da *cidade*, em tela se encontrava um tipo de experiência social que só passou a existir no Ocidente, a partir do século XIX, mais precisamente na Europa de 1850, quando cidade e campo iniciaram um processo de desligamento face aos desdobramentos da Revolução Industrial. Tratava-se da “metrópole industrializada”.

Do ponto de vista teórico, foi da observação da metrópole oitocentista que se forjaram, como analítica, as categorias cidade e urbano.

O processo se deu, primeiramente, por intermédio dos estudos clássicos da Sociologia Urbana. Seja na Europa de fins do século XIX, seja nos Estados Unidos em princípio do XX, a metrópole industrializada suscitou debates sobre “patologias sociais” como sub-habitação, delinquência, marginalismo, choques culturais e planejamento urbano, mas também a relação capital/ trabalho, o movimento operário e, ainda, do que Georg Simmel, em artigo seminal de 1902, chamou de “a vida mental na metrópole” (Cf. VELHO, 1979).

Autores como Marx (1867), Webber (1921), Louis Wirth (1938) e o próprio Simmel (1902), compuseram os primeiros estudos dedicados à *cidade*. Na convergência das análises encontra-se o seu tratamento como o *local da experiência urbana* em oposição ao campo, entendido como *local da experiência rural*.

[...] a cidade sempre é considerada como *locus* de convergência das grandes correntes e interesses econômicos, políticos e ideológicos. E se anteriormente à Revolução Industrial tal se dava sobretudo como instrumento do poder social por excelência que ainda residia no campo e que imprimia profundamente a marca sobre a própria cidade, com a Revolução Industrial desloca-se efetivamente o centro real do poder, o que inverte a tendência básica, fazendo com que o “modo de vida urbano” – e mais ainda o “metropolitano” – levado pela técnica moderna, pelos meios de comunicação e de transporte, vá tendendo a permear cada vez mais todos os níveis da vida social nos mais remotos rincões do globo (VELHO, 1979, p. 8).

Embora entre tardiamente no debate, a História também entendeu a cidade como *locus* da realização do urbano. Não por acaso, o objeto de estudo *cidade* foi tratado no Brasil e no exterior, como *parte* de um universo maior de reflexão, os “Estudos Urbanos”, dentro dos quais a História havia de prestar a sua contribuição.

Em se tratando especificamente da historiografia brasileira, entre 1960 e 1980, a inspiração teórica dos estudos que, de alguma maneira, problematizaram o tema da cidade foi o materialismo histórico.

Tais estudos, por certo, não fizeram da cidade seu objeto de análise, sendo este, preferencialmente, o processo de acumulação de capital e da formação da força de trabalho ou, ainda, da “desescravização” do país e da contribuição dos imigrantes estrangeiros na formação de um mercado de trabalho livre. Entretanto, é inegável que, nesse enquadramento problemático, a cidade era “o lugar onde as coisas aconteciam”. Segundo essa postura, as cidades compareciam como o *locus* da acumulação de capital, como o epicentro da transformação capitalista do mundo. Assim, a cidade era abordada com base em sua dimensão espacial, mas vista através de um processo econômico-social preciso: ela era o território onde se realizava um processo de produção do capital e onde se produziam as relações capitalistas e, por força da opção teórica, onde se enfrentavam as classes sociais e se podia apreciar o processo de dominação/subordinação em curso. E, sobre tal espaço privilegiado de transformação econômico-social, criou-se um campo de pesquisa e discussão interdisciplinar, trabalhando sobre a cidade não só historiadores como geógrafos, sociólogos, economistas, urbanistas e antropólogos. A solidez da pesquisa de tais estudos permitiu que se constituísse um enquadramento adequado para compreender a transformação urbana ocorrida no país a partir da segunda metade do século XIX (PESAVENTO, 2007, p. 12-13).

De qualquer forma, todas as abordagens referenciadas acima são laudatórias do fenômeno histórico que cindiu a interdependência secular que havia entre o campo e a cidade. Este fenômeno, chamado pelas ciências sociais de “Fenômeno Urbano”, teve lugar a partir de 1850, quando a cidade do velho mundo iniciou um processo irreversível de transformação.

A *cidade* da Europa medieval, mais do que estar *no* campo, era uma extensão deste, sendo, portanto, *do* campo (Cf. MUNFORD, 1998). Coube à Revolução Industrial abalar a sintonia entre campo e cidade, de tal maneira que a “entidade”, em princípio

territorial, nascida da mutação da segunda não seria mais nem um nem outro.

Ainda aqui a Revolução Industrial abalou uma associação original. Rompeu a relação de complementaridade que unia campo e cidade, e abalou entre eles a famosa diferença que Marx incumbiria o comunismo de suprimir. No entanto, não é graças a uma revolução social, mas a uma permanente evolução técnica que se iniciou a supressão dessa diferença. Ver-se-á que o processo continua e tende a eliminar, em benefício de uma entidade que não é mais cidade nem campo, os dois termos que, logicamente e fenomenologicamente, existiam um no outro (CHOAY, 1999, p.70).

Nem cidade. Nem campo. A mutação iniciada na Europa de 1850 deu lugar ao *urbano*. Não apenas um novo ente fenomenológico, mas também uma categoria explicativa reinterpretada.

A partir da década de 1960, com a conclusão do processo iniciado na segunda metade do século XIX, “urbano” e “cidade” são revisitados. Transformam-se os tempos, transformam-se as categorias, sem o que se tornariam engessadas e inúteis como ferramentas explicativas.

Na trilha aberta pelas reflexões de François Choay (1999), observamos que ao *urbano* deixa de corresponder a experiência dada na cidade. Ao contrário, *urbano* passa a ser compreendido como uma categoria “desterritorializada”. Está para “além da cidade”, independe dela para se realizar. À categoria *urbano*, passa a corresponder uma nova cultura planetária que pode ocorrer em *qualquer lugar*. Por isso mesmo *urbano* torna-se equivalente de “não lugar”, ou daquilo que, em 1967, Melvin Webber chamou de *the non-place urban realm* (WEBBER, 1967) e que, na contemporaneidade, pode ser exemplificado a partir dos avanços da tecnologia digital<sup>1</sup>.

Obviamente, a partir dos anos de 1960 também se alterou o tratamento da *cidade* como categoria analítica. Não mais o “lugar da realização do urbano”, mas um *fenômeno cultural* dotado de um *ethos* no sentido dado pela Antropologia Interpretativa de Clifford Geertz como *aspectos morais (e estéticos), e elementos valorativos, construídos cultura a cultura* (GEERTZ, 1989, p. 143).

É nesse viés que a *cidade* vai fazer parte, em definitivo, das reflexões históricas. Mais especificamente, é claro, dentro do campo da História cultural.

Dito de outra forma, foi a partir das perspectivas abertas pela História cultural que a História se inseriu nos debates acerca da cidade iniciados em fins do século XIX pela Sociologia. Inclusive no Brasil, nos anos de 1980. Como lembrou Maria Stella M. Brescianni, responsável pela implantação da Linha de Pesquisa “Cultura e Cidades”, no Programa de Pós-graduação em História da Unicamp,

É importante notar que somente na década de 1980, uma área temática específica sobre *Cidades* ganha definição precisa como linha de pesquisa em programas de pós-graduação na universidade brasileira, dando lugar à formação de grupos de pesquisadores e estimulando os estudos urbanos nos domínios da historiografia (BRECIANNI, 1998, p. 243).

<sup>1</sup> Sobre o tema, consultar também: LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001; CASTELLS, Manuel. “A geografia da internet: lugares em rede”, in: *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

Não obstante, na historiografia que se ocupou do tema, o “fenômeno urbano” permanece *ligado à cidade*. Referindo-se à emergência da história cultural que refletiu sobre as cidades nos anos de 1990, Sandra Jatahy Pesavento concluiu:

Ao longo da década de 1990, a emergência de uma história cultural veio proporcionar uma nova abordagem ao fenômeno urbano. O que cabe destacar no viés de análise introduzido pela história cultural é que a cidade não é mais considerada só como um locus privilegiado, seja da realização da produção, seja da ação de novos atores sociais, mas, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais (PESAVENTO, 2007, p. 12-13).

Assim, ainda que redimensionados, *cidade e urbano* permanecem, pelo menos dentro da História Cultural, como interfaces de um mesmo objeto. Tal interdependência analítica enseja pensar outra questão: a experiência da cidade e do urbano *no processo histórico*. Para indicar um caminho reflexivo, devemos chamar para o debate outro termo ou, antes, outra *experiência*, esta sim, capaz de lançar luzes sobre os fios que anelam o urbano e a cidade: o urbanismo.

### ***A cidade, a urbe e o urbanismo: experiências históricas***

Ainda que a produção acadêmica acerca da cidade se origine no século XIX, sua experiência histórica é obviamente anterior aos oitocentos. Até mesmo a *metrópole* conta com seu registro histórico antes do século XIX

A palavra se origina do grego *mitrópoli* (μητρόπολη), que designava uma *cidade-mãe*, cujas dimensões e problemas podiam perfeitamente ser comparados aos das metrópoles modernas. Se considerarmos, por exemplo, a densidade populacional, no fim da época clássica, cidades como Nínive e Alexandria abrigavam entre 500.000 e 1.000.000 de habitantes.

Claro está, porém, que a metrópole da antiguidade ocidental foi, por excelência, Roma. Quando atingiu seu ápice, por volta do século II d.C., o centro nevrálgico do Império Romano possuía mais de um milhão de habitantes, os quais podiam ter acesso à produção de praticamente todo o mundo conhecido. Em 143 ou 144, Élio Aristides descreve da seguinte forma uma parte da experiência de se viver na metrópole romana:

Para cá [Roma] aflui de todas as partes da terra e do mar tudo aquilo que produz, nas diversas estações, cada província, e rios e lagos, e manufaturas de gregos e de bárbaros: para ver todas essas coisas não é preciso viajar de um canto a outro da terra, mas basta viver na cidade. Tudo o que é produzido em cada região, aqui se encontra sempre e em quantidade superior às necessidades. E tantos navios mercantes atracam, em todas as estações, a cada mudança das constelações, com cargas de todos os tipos de mercadorias, que a cidade pode ser comparada ao grande mercado de toda a Terra. E tantos carregamentos chegam da Índia, e até da Arábia feliz, que se pode duvidar se naquelas regiões sobrou algo nas árvores e se seus habitantes não deveriam vir aqui para pedir o que eles próprios produziram, caso precisem. E se vêem os tecidos da Babilônia e outros gêneros de luxo daquelas longínquas terras bárbaras chegarem com muito mais frequência e facilidade do que as mercadorias antes enviadas de Citnos a Atenas. O Egito,

a Sicília e a parte habitada da Líbia são vossos celeiros. Partidas e chegadas de navios sucedem-se ininterruptamente; é de se admirar que, não no porto, mas no próprio mar haja espaço para tantas embarcações. E assim como, segundo Hesíodo, nos confins do oceano há um lugar onde tudo conflui para o fundo do mar, e o princípio se une ao fim, é para aqui que tudo se dirige: comércio, navegação, agricultura, exploração das minas, toda manufatura passada e presente, todos os produtos espontâneos e cultivados. Se algo não se encontra entre vós, pode-se dizer que não existe, ou que sequer existiu (XXVI, 11-13, *apud*, SCHIAVONI, 2005, p. 20-21).

Embora metrópole, como a designassem os gregos, ou *cabeça do mundo* como diriam os próprios romanos, Aristides refere-se a Roma como *cidade*. Jamais *urbe*. Isto ocorre porque para gregos e romanos, as palavras “*urbe*” e “*cidade*” expressavam coisas diferentes.

Correspondia à *urbe* o *lugar da reunião*, do domicílio, o santuário da sociedade, ao passo que *cidade* era a *associação* religiosa e política das famílias.

A *urbe*, entre os antigos, não se formava no decorrer do tempo pelo lento desenvolvimento do número de homens e das construções. Fundava-se a *urbe* de uma só vez, inteiramente, em um só dia [...]. Este recinto, traçado pela religião, permanece inviolável [a *Urbe*]. Nem estrangeiro nem cidadão algum têm o direito de transpô-lo. Saltar por cima deste pequeno sulco representava ato de impiedade; a tradição romana diz ter o irmão do fundador pago com a vida o fato de haver cometido este sacrilégio (COULANGES, 2000, p. 142-146).

Assim, os léxicos *urbe* e *cidade* – tornados correlatos no mundo contemporâneo, nasceram referindo-se a fenômenos sociais diferenciados. Ainda que não se opusessem, não se tratava, em absoluto, de sinônimos.

O mesmo não ocorreu com a constituição histórica do par *cidade* e *campo*. Entendidos usualmente como opostos, estes termos nasceram como complementares. No francês, por exemplo, a palavra *ville* que designa “*cidade*”, deriva do latim *villa* – indicativa de um estabelecimento rural autárquico, muitas vezes o núcleo das cidades medievais. Não por acaso, as cidades europeias, tal qual as conhecemos hoje, nascem *no campo*. Na verdade *pertencentes* a ele, como mostrou o pai de todos os estudos sobre a história das cidades, Lewis Mumford (1998).

No Brasil, o processo apresenta gradações que são relevantes e merecem ser visitadas.

Referência necessária, Sérgio Buarque de Holanda já indicava nos anos de 1930, um aspecto fundamental a respeito do nascimento das cidades brasileiras dentro da estrutura colonial:

Toda a estrutura da nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. [...] Se, conforme opinião sustentada em capítulo anterior, não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação européia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas. Com pouco exagero pode dizer-se que tal situação não se modificou essencialmente até à Abolição (HOLANDA, 1995, p. 73).

Ainda que as cidades do Brasil tenham nascido dependentes do campo, e nos rincões do sertão *dentro* das extensões das fazendas, até a República, a língua graduava os aglomerados humanos, diferenciando *arraiais* de *vilas* e *cidades*.

Em conformidade com o modelo português, a povoação chamada de *arraial* ou *freguesia*, podia ser elevada à categoria de *vila* e desta à categoria de *cidade*. Como vila adquiria autonomia político-administrativa, constituindo sua câmara de vereadores, com direito a cobrar impostos e baixar posturas normatizando a vida da povoação. O título de cidade acrescentava muito pouco à vila, nos termos de organização política e administrativa. Mesmo assim, do ponto de vista ideológico, a primeira era superior à segunda. Por isso, em 1832, Luiz Maria da Silva Pinto, indicava em seu dicionário que “cidade” era, na *graduação*, uma povoação *superior* à Vila (PINTO, 1832).

Desde o século XVIII a elite letrada do Brasil, que convivia principalmente com as realidades de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, tributava à *cidade* o espaço em que se realizava a *civilização*. Para esta elite, em especial para os poetas do Arcadismo, a civilidade e a “urbanidade” equivaliam à cortesia. Diferente, pois, da vilania e da “vileza”, próprios daqueles que viviam no *campo*.

Estudando o fenômeno do petrarquismo na Arcádia brasileira, Luís André Nepomuceno observa:

Ainda no séc. XVIII, por exemplo, as inúmeras tentativas de se evitarem grandes dispersões da população colonial eram evidentes. Uma carta régia de julho de 1766, do governador da capitania de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa, determinava que os moradores se juntassem em povoações de 50 vizinhos para cima. O grande receio do governador era de que a dispersão populacional pudesse contribuir para o escasso desenvolvimento da sociabilidade e da civilidade, que só a vida urbana pode oferecer. Lembre-se, por exemplo, que a civilidade (*civitas*) e urbanidade eram o mesmo que cortesia, em oposição à vilania, a vida no campo. Só o cidadão poderia ser cortesão (NEPOMUCENO, 2002, p. 91).

Diante da inexistência de centros urbanos na colônia, a elite letrada tinha por inspiração civilizacional as cidades da Europa<sup>2</sup>. Nestas já se completara a transformação semântica que, a partir do Renascimento fora ajuntando os termos romanos *urbe* e *civitas*, indicando por *cidade* a união do espaço físico (a *urbe*) com a comunidade de cidadãos (a *civitas*). Logo, *civilidade* e *civilização* eram palavras que, no século XVIII, se definiam em contraposição ao campo, definindo-se como próprias das cidades. Como lembra André Nunes de Azevedo:

Da mesma forma, para o marquês de Mirabeau, escritor do “Ami des hommes”, a palavra também se relaciona à urbanidade, aos hábitos urbanos, a “policé” e às regras de convivência necessárias à vida no aglomerado humano característico das cidades. Portanto, no século XVIII, civilizar-se significava urbanizar-se, adquirir urbanidade (AZEVEDO, 2003, p. 40).

Na língua portuguesa do século XIX, o Dicionário Cândido Figueiredo define

---

<sup>2</sup> Sobre o processo civilizador na Europa e nos países coloniais consultar: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997 (2 vols.).

*urbano* por sua correlação *com a cidade*, inclusive do ponto de vista da cortesia, como já o era no século anterior: *relativo à cidade, afável, cortês, civilizado. Diz-se dos prédios próprios para a habitação, em oposição a prédios rústicos ou prédios para cultivar* (FIGUEIREDO, 1899).

Será, pois, como intervenção no espaço físico, logo na *urbe*, que nascerá em 1867 o termo *urbanismo*, neologismo criado pelo Engenheiro de Caminhos Ildefonse Cerdá, responsável pelo Plano de Extensão e Reformas de Barcelona.

Como léxico, o termo *urbanismo* possui pouco mais de cem anos. Apareceu pela primeira vez no *Boletim da Sociedade Geográfica de Neufchatel*, de 1910. Entretanto, como prática, é anterior à criação do neologismo por I. Cerdá, remontando à reformulação de Paris, no século XIX.

O precursor das intervenções na urbe e, conseqüentemente do que passou a se entender por *urbanismo*, foi Georges-Eugène Haussmann, o engenheiro que transformou Paris na cidade mais imponente da Europa, arquétipo do urbanismo oitocentista.

As reformas de Paris tiveram lugar entre 1853 e 1870. Foram reformas estratégicas. A cidade havia chegado ao século XIX com um crescimento urbano desordenado, agravado pelo desenvolvimento industrial francês. O aumento da população somava-se a um tráfego urbano caótico, a epidemias constantes e a uma conturbada situação política, sobretudo devido às revoluções de 1848.

Naquele ano, levantes populares conduzidos pela liderança socialista de Louis Blanc tomaram a cidade. Os becos e ruas tortuosas da Paris medieval facilitavam a constituição de barricadas atrás das quais a massa insurgente se defendia das investidas policiais. Vencida a Revolução, coube ao governo de Napoleão III transformar a face de Paris. A ideia era tornar a cidade um modelo de cidade ordeira, limpa, “livre” dos miasmas insurretos da classe trabalhadora. A tarefa foi deixada a cargo do Barão de Haussmann, o prefeito da capital francesa<sup>3</sup>.

A imagem consensual acerca das ações de Haussmann é a de que ele revirou Paris. Ao longo de doze anos, o Barão expropriou e demoliu ruelas estreitas com antigas e apertadas casas medievais, criando uma capital ordenada sobre a geometria de grandes avenidas e bulevares com novos espaços de lazer e saneamento. Visualmente, estabeleceu-se o “império da linha reta com a predominância axial e da grande avenida” (PESAVENTO, 2002, p. 96). Destas, doze foram construídas em forma de estrela, em torno do Arco do Triunfo.

Sem dúvida, as reformas de Paris não corresponderam às necessidades das classes menos favorecidas. Ainda que tenham sido empreendidas em nome do “povo”, essa entidade mais correspondia ao cidadão burguês, dono do capital, do que à plebe revoltosa. Esta foi expulsa para a periferia. Ao longo das reformas submeteu-se à crise de alojamento, à alta dos aluguéis e permaneceu, agora longe das “vistas”, em casas estreitas, superlotadas e sem luz. Apenas em 1867 foi erguida uma vila operária na Rue Rochechouard, conhecida por Cité Napoleon, e destinadas verbas para a construção de casas populares nos bairros mais populosos (Cf. PESAVENTO, 2002, p. 93).

Não obstante, as reformas de Haussmann primaram pela referência constante à tradição e à memória histórica de Paris, destacando monumentos que ressaltavam seu passado de glória, agora cercados por intervenções modernas. Por estes elementos, as intervenções urbanísticas do Barão de Haussmann fixaram a imagem de Paris como

<sup>3</sup> Sobre os levantes de 1848 e a figura de Napoleão III, ver: MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011; e ainda: HOBSBAWN, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

modelo, símbolo e inspiração de *cidade civilizada*. Foi a Paris do século XIX e, mais ainda, o urbanismo relacionado a ela, que moldou o padrão de cidade moderna e a série de intervenções urbanísticas que tiveram lugar em várias partes do mundo, inclusive na capital e no interior do Brasil.

### *Referências*

AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro, entre 1868 e 1906*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica/ Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em História Social da Cultura, 2003.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. Tradução de Silvia Mazza. São Paulo: Perspectivas, 1983.

BRESCIANNI, Maria Stella M. "História e historiografia das cidades, um percurso", in: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, pp. 133-162.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CHALOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano de trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

CHOAY, Françoise. "O reino do urbano e a morte da cidade", in: *Projeto História/ Espaço e cultura*, n. 18. São Paulo: EDUC, 1999.

COULANGES, Fustel. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FIGUEIREDO, Cândido. *Urbano. Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tavares Cardoso e Irmão, 1899.

GEEERTZ, Clifford. *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *Das fronteiras do Império ao coração da República: o território do Triângulo Mineiro na transição para a formação sócio-espacial capitalista na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

MUNFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NEPOMUCENO, Luís André. *A musa desnuda e o poeta tímido: o petrarquismo na Arcádia brasileira*. São Paulo: Annablume, 2002.

PESAVENTO, Sandra J. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Cidade. Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias", *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 53, São Paulo, jan./jun. 2007.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. *A cidade republicana na belle époque capixaba: espaço urbano, poder e sociedade*. Doutorado em História Social. São Paulo, USP: 2008.

SARLO, B. "Esquecer Benjamin", in: *Paisagens imaginárias*. Trad. Rubia Prates e Sérgio Molina. São Paulo: Edusp, 1997.

SCHIAVONI, Aldo. *Uma história rompida: Roma Antiga e o Ocidente Moderno*. São Paulo: EDUSP, 2005.

SIMMEL, Georg. "A metrópole e a vida mental", in: VELHO, 1979 (cf.).

VELHO, Otávio G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEBBER, Melvin. *Explorations into urban structure*. Philadelphia: The University of Philadelphia Press, 1967.